



Italianos em Ribeirão Preto

Coleção Identidades Culturais

"Chegada" 21 de fevereiro de 1884. Francesco Segneri.



LIAMAR IZILDA TUON

Fundação Instituto do Livro de Ribeirão Preto - 2010

Italianos em Ribeirão Preto

Prefeita Municipal
Dárcy Vera

Secretária da Cultura
Adriana Silva

Presidente da Fundação Instituto do Livro
Edwaldo Arantes

Diretora de Patrimônio Cultural
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Conselho Editorial
Adriana Silva
Cristiane Framartino Bezerra
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Michelle Cartolano de Castro Silva
Tânia Cristina Registro

Revisão
Roseli Batista de Camargo

I195 - Italianos em Ribeirão Preto/Liamar Izilda Tuon (pesquisa e texto) –
Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010.
74 pg.; (Coleção Identidades Culturais, n.3)
ISBN 978-85-62852-07-7

1. História de Ribeirão Preto – 2. Imigração Italiana. –
3. Cultura Italiana.

CDD: 981.612 rpb

Capa - Felice Pelosi – La farmacia Felice Pelosi –Ribeirão Preto - Retrato e fachada da farmácia (ROTELLINI, Vitaliano. Il Brasile e Gli Italiani. São Paulo: Pubblicazione DelFanfulla, 1906, p. 1127 – cópia existente no APHRP)

Sobre a pesquisadora

LIAMAR IZILDA TUON é graduada em História e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Atua como Coordenadora e Docente do Curso de História da Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal. Pesquisa e leciona História do Brasil e Preservação do Patrimônio Cultural. É Presidente da Associação Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste livro,
Em especial à Tânia e Michelle do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto;
A Adriana Silva e Lilian Rosa pela oportunidade;
Ao Milton pela ajuda e solidariedade;
Ao Sr. Mário Perrota, Presidente da Sociedade Dante Alighieri;
Aos amigos e companheiros de todas as horas.

Dedico

À minha família e a todos os imigrantes italianos e seus descendentes.



1874 Desembarque. Francesco Segneri.

Apresentação

Ribeirão Preto é o que é hoje, uma cidade grande, no interior de São Paulo, moderna e sempre promissora, resultado de seu processo de formação. Estrategicamente localizada, de solo fértil e lideranças influentes, a cidade se fez polo da região e está entre os mais importantes municípios do Brasil pela sua atuação econômica, seja no agronegócio, na pesquisa ou na educação.

Entre os que trabalharam para a superação da pequena Vila de São Sebastião, estão os imigrantes italianos. A representativa deste povo foi sempre muito significativa e interferiu diretamente nos hábitos, estilos e cultura da cidade.

Evidenciar esta história é a maneira que a Secretaria da Cultura encontra de cumprir uma de suas metas, que é garantir as relações de pertencimento do povo ribeirão-pretano e sua história.

Adriana Silva
Secretária da Cultura



Casa Beschizza por volta de 1910. Localizada na Rua Saldanha Marinho foi editora de cartões-postais. Fotografia: n/identificado. (APHRP – GERODETTI, João Emilio. Lembranças de São Paulo: o interior paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2003, p. 193).

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1 – Uma longa viagem

Capítulo 2 – Um novo mundo para viver

Capítulo 3 – As marcas da vivência

Capítulo 4 – O que o tempo não apaga da memória

Referências Bibliográficas

Introdução

Nos séculos XIX e XX, milhões de pessoas migraram da Europa para a América, dentre as quais, muitos italianos vieram para o Brasil. A vinda de imigrantes foi a alternativa encontrada pelos cafeicultores paulistas para substituir os trabalhadores escravizados, já que a expansão cafeeira na região de Campinas e Ribeirão Preto coincidiu com a suspensão do tráfico de escravos para o Brasil.

A suspensão do tráfico de escravos, em 1850, limitou a aquisição de novos cativos, mas não acabou com a escravidão, isso só aconteceu em 1888. Sendo assim, durante décadas, os imigrantes italianos e, os africanos escravizados trabalharam lado a lado nos cafezais.

O aumento do consumo do café no mercado internacional fez com que se expandissem as áreas cafeeiras na Província de São Paulo. Para que essa expansão se efetivasse eram necessárias algumas mudanças econômicas que dessem sustentação ao novo modelo exportador, em consequência da necessidade de rapidez no escoamento do café. O carregamento que era feito em lombo de mula passou, agora, a ser levado pelas ferrovias que foram construídas acompanhando o trajeto da expansão cafeeira. As ferrovias levavam café e traziam imigrantes e mercadorias.

Na Europa, as relações capitalistas também estavam se transformando. A Itália, país que se unificou tardiamente teve, no século XIX, a penetração de relações capitalistas no campo, provocando, por um lado, um aumento de tributos, de concentração de riqueza e, por outro lado, empobrecimento de pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e trabalhadores rurais, que não tiveram outra opção a não ser migrar para a América em busca de melhores condições de vida.

Os países americanos que mais receberam imigrantes foram os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil. Os imigrantes que vieram para o Brasil, de modo geral, tinham dois destinos primordiais: a colonização do sul do Brasil, ou trabalhar nas fazendas de café. Um grupo menor, que possuía algum recurso e formação profissional dirigiu-se às cidades.

A maioria dos imigrantes veio para trabalhar nas lavouras de café, iludidos com a propaganda que se fazia na Itália, de que logo que chegassem trabalhariam por pouco tempo nas fazendas de café e já acumulariam um capital para comprar terras. A realidade encontrada se mostrou bem mais difícil; presos à terra por causa das dívidas contraídas, ficavam por anos e até décadas sem poder deixar a fazenda.

No novo país, tudo foi muito difícil para os italianos, desde a língua falada, até os costumes e, principalmente, a forma como o trabalho era visto na sociedade brasileira. Para os brasileiros, trabalho pesado era coisa de escravo, assim os imigrantes tiveram que lutar para que não fossem maltratados e espoliados como se fazia com os escravos anteriormente.

Por causa de todas essas transformações, as pequenas cidades, localizadas na “boca do sertão”, foram crescendo e se urbanizando. Os trabalhadores escravizados e os imigrantes contribuíram muito, com seu trabalho, para a construção da riqueza de cidades, tais como Ribeirão Preto. Mas, não só pela construção da riqueza, eles deixaram suas marcas na cultura local. É conhecido, o fato de que no final do século XIX e início do século XX, as elites cultuavam os modos, a cultura e o consumo de produtos ingleses e franceses. Na prática, a vida em sociedade é pautada não apenas pelo que se deseja mas, principalmente, pelo que está enraizado no nosso modo de ser, nos nossos valores culturais. Assim, mesmo com a hegemonia da cultura burguesa, os imigrantes de todas as nacionalidades e de todas as classes sociais

deixaram seus referenciais culturais na cidade de Ribeirão Preto. Os italianos, por constituírem a maioria dos imigrantes que vieram para a região destacaram-se nas artes, na culinária, na arquitetura, na linguagem, nos valores religiosos e nas coisas do cotidiano. À sua maneira, os imigrantes buscaram formas de serem aceitos socialmente e, ao mesmo tempo, de valorizarem sua cultura e sua identidade.

Os números são imprecisos, mas o Ministério das Relações Exteriores da Itália divulgou no Jornal Ítalo Brasileiro em 1996 que se calculava então, a existência de cerca de 25 milhões de italianos e descendentes de italianos no Brasil. Mais importante do que apontam as estatísticas, é podermos perceber a contribuição da cultura italiana na formação social e cultural do Brasil, principalmente na região Sul e no Estado de São Paulo.

Este livro traduz a homenagem a todos os imigrantes que, com sua coragem, com seu trabalho, com sua cultura, com suas lutas, contribuíram para a construção de um Brasil melhor.



Fazenda Guatapar. Colonos da Fazenda Guatapar em 1887.
(APHRP – Martinho Prado Junior – In Memorian, 1943, Estampa XIX)

CAPÍTULO I

UMA LONGA VIAGEM...

Nos séculos XIX e XX, milhões de europeus migraram para a América, dirigindo-se principalmente aos Estados Unidos, à Argentina e ao Brasil. Para o Brasil vieram, principalmente, imigrantes italianos, para trabalhar na lavoura de café em São Paulo e colonizar a região sul.

Os processos migratórios quase sempre estão relacionados à busca de melhores condições de vida e ao sonho de encontrar um lugar melhor para viver. Ao longo da história, milhões de seres humanos migraram de um canto para outro do planeta, fugindo de guerras, de fome e de todo tipo de privação.

O século XIX foi marcado pela transformação do sistema capitalista, pelo aceleração das relações de produção capitalistas, e pelo surgimento de novos produtos e mercados consumidores. Dentre os novos produtos encontra-se o café. O Brasil tornou-se, ao longo do século XIX, um dos maiores produtores de café do mundo. Naquele momento, a sociedade brasileira passava por um processo que viria marcar, por muito tempo, as contradições de tal sistema produtivo, a escravidão.

No Brasil, desde o século XVI, a mão-de-obra escrava foi largamente utilizada nas lavouras e no trabalho urbano. Esse

processo iniciou-se com a exploração dos nativos e, depois, se consolidou através do tráfico de africanos, que se estenderia até 1850, quando seria suspenso pela promulgação da Lei Eusébio de Queiroz. Apesar disso, a abolição da escravatura só se consolidou em 1888.

Desta forma, apesar da suspensão do tráfico de escravos, os proprietários ainda puderam, ao longo de décadas, utilizar seus antigos escravos e adquirir outros no mercado interno. Neste mesmo processo, o contrabando, apesar de presente depois da suspensão do tráfico, foi se tornando cada vez mais escasso.

A solução apontada por muitos, naquele momento, era o investimento na imigração, pois desse modo poder-se-ia trazer famílias inteiras para trabalhar nas lavouras, fato que possibilitava o aumento do número de áreas dedicadas à plantação de café.

O Rio de Janeiro foi a primeira região a plantar café de forma mais sistemática no Brasil. No início, o cultivo de cana de açúcar ainda era dominante, além do cultivo de gêneros de primeira necessidade. O aumento do investimento em novas áreas cafeeicultoras deu-se em decorrência do aumento na demanda de consumo do café no mercado internacional, o que criou novas possibilidades de lucro.

Originário da Etiópia, região central da África, o café foi cultivado pelos árabes e seu uso foi introduzido na Europa no final da Idade Média e início da Idade Moderna. Da Europa chegou à Guiana Francesa e vindo do norte do Brasil, encontrou, na região Sudeste, as condições climáticas adequadas para sua produção em larga escala.

Do Rio de Janeiro, as plantações foram se estendendo pelo Vale do Paraíba, atingindo as cidades paulistas até Campinas e de lá para a região de Ribeirão Preto. A partir daí, a expansão se deu nas direções de Minas Gerais e Paraná.

No Vale do Paraíba, os fazendeiros encontraram o clima ideal para a





Fazenda Guatapar. Colonos italianos da Fazenda Guatapar em 1889. (APHRP – Martinho Prado Junior – In Memorian, 1943, Estampa XX).

produção cafeeira, fato ao qual se soma a importância da localização da região que era próxima ao Rio de Janeiro, sede do Império e principal porto do Brasil naquela época. Apesar do clima ameno e das altitudes propícias, a região possui muitos declives e a falta de cuidados com o solo provocou o surgimento de áreas erodidas e sem possibilidade de recuperação para o plantio de café.

Naquele momento, os cafezais já se encontravam na região de Campinas e a cultura expandia-se rapidamente para a região de Ribeirão Preto. Ao contrário do que havia acontecido na região do Vale do Paraíba, os novos produtores de café investiram em melhoramento de mudas e preservação do solo. Além disso, nessa época, estabeleceram-se novos processos produtivos mecanizados, e novas relações comerciais, intermediadas por casas de exportação e bancos.

Na região de Ribeirão Preto, as terras eram extremamente férteis e com o tempo, essa terra passou a se chamar terra "roxa", uma alusão feita à expressão "terra rossa", utilizada pelos italianos. Na verdade, o solo avermelhado veio a constituir uma das regiões de maior produção cafeeira no período.

Para Salles (1986), "a expansão da economia cafeeira está ligada ao desenvolvimento histórico de reprodução e ampliação do capital através de relações e interações com o capitalismo internacional" (SALLES, 1986, p. 34). O progresso da acumulação primitiva do capital, no Brasil, está relacionado a outras transformações econômicas. Não era possível levar o café de São Paulo até o Rio de Janeiro para ser escoado, isso encarecia a produção, então a opção era o Porto de Santos. Mesmo assim, o caminho até o porto era longo e feito em lombo de mula, demorava a chegar e os novos mercados não podiam esperar. Segundo Holloway (1984), "as tropas de mula levavam de três semanas a um mês para ir de Campinas a São Paulo, e então descer as escarpas para Santos. Era um sistema lento, dispendioso, que limitava

a possibilidade de expansão do café” (HOLLOWAY, 1984, p.38).

Nesse período, foram construídas na província, ferrovias que se dirigiam de Santos às áreas produtoras de café e eram usadas para levar o café ao porto e trazer mercadorias e imigrantes.

As mudanças nas relações comerciais faziam surgir, agora, novas necessidades. Para expandir as lavouras de café era necessário que se conseguisse mais trabalhadores. No modelo tradicional, utilizado no Brasil, os africanos eram escravizados e faziam o trabalho rural e urbano. No entanto, desde o início do século XIX, o Brasil enfrentava pressões da Inglaterra para que se suspendesse o tráfico de escravos e acabasse com a escravidão.

Na medida em que o pensamento Iluminista atingiu um número maior de pessoas, cresceu também a crítica à escravidão, pois um dos princípios do pensamento liberal é, justamente, o direito de igualdade de nascimento, superando as antigas imposições da sociedade estamental.

Os fazendeiros paulistas, produtores de café, começaram a pressionar o Império para que este investisse em imigração, para que trouxesse braços para a lavoura, que agora era responsável pela riqueza do país, mudando o eixo da importância econômica da província de São Paulo.

Embora muitos fazendeiros continuassem utilizando trabalho escravo, estava claro que, mesmo comprando escravos de outras regiões, eles não existiriam em número suficiente para abastecer as fazendas em plena expansão no Oeste Paulista. Além disso, cedo ou tarde, a abolição poria um fim à escravidão. Oeste Paulista era a denominação dada à região de Campinas e, depois, Oeste Novo Paulista foi a denominação dada à região de Ribeirão Preto. Sob a perspectiva geográfica esta denominação está incorreta, mas foi a forma encontrada para

diferenciar as antigas áreas produtoras do Vale do Paraíba, naquele momento.

Iniciou-se, então, um longo processo de discussão entre os políticos e seus representados no sentido de garantir a mão de obra necessária à lavoura cafeeira. A solução encontrada foi buscar imigrantes e, ainda que discordassem sobre a forma como isso seria feito, já havia a definição de que deveriam ser preferencialmente europeus, brancos e católicos. A partir de então, investimentos começaram a ser feitos no sentido de conseguir trabalhadores imigrantes para as lavouras.

Segundo Alvim (1986), entre os anos de 1880 e 1920, podemos distinguir três períodos da imigração italiana:

O primeiro momento – 1870-1885 – caracteriza-se pela articulação política do grupo do Oeste, paralelamente à desagregação de mão-de-obra escrava; pelas primeiras tentativas de se apoiar a produção cafeeira na mão-de-obra livre; e pela ausência de uma política imigratória definida. Neste período, os italianos ainda não eram a maioria dos imigrantes.

Num segundo momento – 1885-1902 – consolida-se nova facção econômica no poder – os fazendeiros do Oeste -, enquanto o mercado de trabalho se apóia de fato na mão-de-obra livre, definindo-se, então, uma política imigratória basicamente calçada no imigrante italiano.

Finalmente – 1902-1920 -, período em que o poder político do novo grupo se mantém inalterado e em que se consolida, em todo o país, a política imigratória iniciada por São Paulo. Com uma diferença, porém, definida pela queda brusca na entrada de italianos, basicamente porque passaram a ser atraídos pelo mercado de trabalho norte-americano, e menos em decorrência das

restrições determinadas pelo Decreto Prinetti, com que o governo italiano, em 1902, proibiu a emigração desenfreada de seus súditos para o nosso país. (ALVIM, 1986, P.21).

Por outro lado, na Europa, as relações capitalistas estavam se transformando, ganhando nova configuração internacional. A Itália, nação que se unificou tardiamente, experimentou a penetração do capitalismo no campo de forma avassaladora. Para Alvim (1986), essas relações podem ser assim identificadas pela

concentração de propriedade, altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram pequenos proprietários a empréstimos e ao conseqüente endividamento; oferta, pela grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e finalmente, a sua transferência em mão-de-obra para a indústria nascente (ALVIM, 1986, P. 22)

Esse processo não foi uniforme em todas as regiões da Itália, nem aconteceu ao mesmo tempo, em todos os lugares. Entretanto, ele criou uma situação insustentável, do ponto de vista da sobrevivência de muitas pessoas, uma vez que para elas, só restou a migração em massa. Em números totais saíram da Itália cerca de 20 milhões de pessoas, entre os anos de 1861 a 1940, transformando essa nação na grande fornecedora de mão-de-obra barata para os ajustes das novas relações capitalistas.

O Vêneto foi a região que mais forneceu imigrantes para o Brasil. De modo geral, havia dois tipos de pessoas que trabalhavam na região: os que trabalhavam por conta própria, como os pequenos proprietários,

os meeiros e os arrendatários e os “braccianti”, os trabalhadores assalariados, que trabalhavam tanto com pequenos como com grandes proprietários e poderiam ter contrato fixo ou temporário. Havia ainda os colonos, cuja expressão não é a mesma usada no Brasil. Na Itália, os colonos eram os encarregados das plantações de uva, trigo e outros produtos e realizavam outros trabalhos, tais como carroceiros, administradores e feitores.

De modo geral, pequenos proprietários, meeiros e arrendatários viviam de forma muito simples, segundo Alvim (1986):

Toda a população, desde os mais abastados aos mais pobres, alimentava-se basicamente de polenta. Nas mesas mais fartas havia peixe, ovo, salame, verduras, mas mesmo aqui raramente se comia carne – quando comiam era de porco, carneiro ou cabrito: a carne de vaca ficava reservada para os dias de festa ou quando se adoecia. (ALVIM, 1986, p. 31).

A vida no campo era cheia de dificuldades, as casas eram pequenas e úmidas, geralmente com cômodos insuficientes para toda a família. O pão de farinha de trigo era comum na época da colheita de trigo, assim como o consumo de vinho era comum na época da colheita de uvas. As roupas eram feitas pelas mulheres, em casa, e quase sempre costuradas à mão. Não havia grandes diferenças entre pequenos proprietários e os braccianti, a não ser pelo fato de que, entre estes o número de pessoas que trabalhava era menor e o que ganhavam mal era suficiente para a alimentação, que era ainda mais precária que a dos pequenos proprietários.

Antes de 1885, migraram, principalmente, os pequenos proprietá-

rios, pois eram os únicos que possuíam algum bem para vender e conseguir dinheiro para a passagem. Depois da criação da Sociedade Promotora da Imigração (1885), passaram a vir em maior número os braccianti e aquelas pessoas que possuíam algum ofício.



Sociedade União Italiana, fachada do prédio e membros associados. Data: 1895. Fotografia: n/identificado. (APHRP – F006COPIA, doação Gian Biancuzzo).

CAPÍTULO II

UM NOVO MUNDO PARA VIVER

Gênova, Nápoles e Palermo eram as cidades que possuíam os principais portos por onde os imigrantes deixavam a Itália. No entanto, havia outros portos pelos quais os imigrantes embarcavam rumo à América, como os portos de Marselha, Havre, Bordeaux e Londres. No Brasil, foram os portos do Rio de Janeiro e Santos os que mais receberam os imigrantes.

As pessoas que pretendiam migrar encontravam muitas dificuldades, mesmo antes da saída da Itália. No século XIX, a viagem era longa, demorada e os navios não estavam adaptados às necessidades de tantas pessoas a bordo. O interessado, que possuísse algum bem poderia vendê-lo e adquirir a passagem. Assim, no início do período da grande imigração, vieram para o Brasil, principalmente, os pequenos proprietários endividados, que vendiam seu pequeno pedaço de terra e migravam com a família. A partir de 1885, com a Sociedade Promotora da Imigração, as passagens passaram a ser subsidiadas e, então, vieram muitos trabalhadores pobres.

Segundo a ocupação dos colonos, pode-se afirmar que havia dois grupos predominantes no processo de colonização: os que se dirigiam às fazendas de café e os que colonizaram áreas ainda pouco povoadas como o sul do Brasil (SEYFERTH, 1990). Para São Paulo, vieram, principalmente, os que se dirigiram às lavouras de café, colonos que trabalhariam, ainda, durante algum tempo ao lado de pessoas escraviza-

das. Porém, com o passar dos anos, esses colonos, constituíram a grande massa de trabalhadores das fazendas em substituição à escravidão. Havia, ainda, o grupo dos imigrantes que possuíam algum ofício ou profissão, eram marceneiros, ferreiros, sapateiros, construtores, etc. que, muitas vezes, até se encaminhavam às fazendas, mas, assim que tinham alguma oportunidade, dirigiam-se para a cidade para se dedicar à profissão. Outros viajavam como se fossem trabalhadores rurais, e, ao chegar ao Brasil, burlavam o controle em Santos ou na Hospedaria dos Imigrantes e fugiam para as cidades.

Com a navegação a vapor, a viagem passou a durar entre 16 e 23 dias. Os passageiros que adquiriam a passagem, ou tinham a passagem subsidiada pela Sociedade Promotora da Imigração, poderiam embarcar, desde que passassem pela supervisão de um médico e do próprio comandante. Pessoas doentes ou com algum outro problema, poderiam ser impedidas de viajar. Durante a viagem, se alguém adoecesse poderia ser deixado em algum porto de passagem e depois seguiria a viagem em outro navio (HUTTER, 1986).

Ao chegar ao porto de Santos, o imigrante geralmente era conduzido à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. A Hospedaria dos Imigrantes começou a ser construída em 1886 e só foi concluída em 1888, embora já recebesse imigrantes desde 1887. Era um conjunto de prédios que tinha por objetivo abrigar os imigrantes, até que estes conseguissem um contrato de trabalho. A Hospedaria passou pela administração de diferentes órgãos públicos e por muitas reformas ao longo de sua existência. Tombado em 1982, o prédio passou a abrigar o Museu da Imigração em 1993. Hoje o local é denominado Memorial do Imigrante e guarda os livros de registro de entrada dos imigrantes que passaram pela hospedaria, além de objetos, documentos e obras de referência sobre o assunto.

Os imigrantes poderiam ficar até 8 dias na hospedaria, era o tempo

de conseguir um contrato de trabalho. Enquanto permaneciam lá, recebiam todos os serviços gratuitamente, como: pouso, alimentação e, até, tratamento médico. Dali, seguiam para as fazendas no interior da província.

A chegada na fazenda de café impressionava os imigrantes. Para Freitas (1994), nos primeiros tempos de cultivo de café até os proprietários viviam em casas simples. Os colonos que chegavam, embora fossem pobres na Europa, já estavam acostumados a um tipo de construção que era melhor que a oferecida nas fazendas de café. De modo geral, eram casebres de madeira, mal construídos, que mais lembrava as antigas senzalas do que casas de verdade, ou moradias. Freitas afirma que “a colônia e o tijolo são indícios da presença italiana” (FREITAS, 1994, p. 6). Assim, apesar da imensa maioria dos imigrantes virem para plantar café, o conhecimento da técnica de alvenaria altera radicalmente e remodela a arquitetura do interior da província de São Paulo.

Para os imigrantes, o trabalho em família já era prática comum em seu país de origem, mas nas lavouras de café, essa era a única forma de sobrevivência da própria família. Para Garcia (1993):

com a crescente imigração européia, especialmente italiana, para as fazendas de café estabeleceu-se uma nova forma de exploração do trabalho – o colonato – e uma nova ideologia do trabalho, que correspondeu à internalização, pelos imigrantes de que a noção de trabalho era um bem e valor supremo, assim como implicou na disciplina dos trabalhadores e no seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social. (GARCIA, 1993, p.34).

Sobre a situação do colono e sua família, Martins (2004) afirma que:

o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos. Enquanto na escravatura o trato no cafezal era no eito, era efetuado por turmas de escravos, já era uma tarefa socializada, no regime de colonato passou a ser organizado em base familiar. Esse trabalho não se dissolvia no esforço comum da coletividade dos trabalhadores, às vezes milhares dentro de uma mesma fazenda. A família preservava a individualidade do seu trabalho. (MARTINS, 2004, p.82)

O regime de colonato, empregado nas fazendas de café, tinha regras estabelecidas e, de modo geral, funcionava através de contratos, em que o fazendeiro se dispunha a pagar uma parte da produção final para as famílias que se encarregava de cuidar de um número determinado de pés de café. Pelo contrato:

O colono obrigava-se a tratar dos cafeeiros a seu cargo, conservando-os sempre limpos, além de executar a colheita e o espalhamento tanto do cisco como dos montes de terra; a fazer sem remuneração, roçamento do pasto, conserto de cercas, manutenção, uma vez por ano, do caminho entre a fazenda e a estação ferroviária mais próxima, afora combater os incêndios que ocorressem quer nas matas, quer em cercas ou casas da fazenda. (HUTTER, 1986, p. 103)

Como podemos observar, a vida era de muito trabalho nas fazendas de café. Além do mais, em muitas delas, o colono contava com espaço para cultivar feijão, milho, verduras e frutas para o próprio consumo e espaço para a criação de galinhas, porcos e outros animais. O imigrante trabalhava muito, de sol a sol, a vida seguia o ritmo da luz do sol. Ele cuidava de cumprir o contrato e ainda, se possível de produzir os bens que garantissem uma alimentação melhor. Em alguns casos conseguiam obter algum lucro com a venda de excedentes.

Não podemos esquecer de que o colono tinha sua vida financiada. Sendo assim, as primeiras compras eram feitas a prazo na venda da fazenda, e se alguém ficasse doente, o fazendeiro poderia comprar remédios, pagar o médico. No entanto, tudo isso aumentava o endividamento do colono, que demorava anos, às vezes até décadas para saldar suas dívidas.

Apesar de os fazendeiros paulistas terem se empenhado muito para trazer imigrantes e substituir a escravidão pelo trabalho livre, isso não quer dizer que eles tratariam os imigrantes melhor do que tratavam antes seus escravos. Para os fazendeiros, trazer o imigrante significava apenas trazer aquele que serviria de mão de obra barata na fazenda de café. Para Hall (1979):

estar à completa e total mercê de tais homens não era o melhor dos destinos, especialmente quando se considera que a estrutura da vida rural em São Paulo pouco ou nada restringia o poder – às vezes literalmente de vida ou de morte – que o fazendeiro exercia sobre seus colonos. (...) Quase todas as fazendas tinham o seu próprio bando de famigerados capangas encarregados de exercer as vontades do fazendeiro e fiscalizar, entre outras coisas, a entrada e saída dos colonos das fazendas. A violência física era um componente fundamental do sistema. (HALL, 1979, p. 205).

Apesar de pobres e desprovidos de bens materiais, na Itália, muitos desses colonos já experimentavam a liberdade, principalmente pessoal que no Brasil lhes faltava, imediatamente após a chegada à fazenda de café. Quando se defrontava com a fazenda de café e sua estrutura, o colono se sentia preso, vivendo em condições materiais iguais, ou ainda piores, que no seu país de origem e ainda pior que isso ele se sentia preso pela dependência material do patrão e pela opressão que chegava aos extremos, em muitos casos, de vigiar até as correspondências que entravam na fazenda (TRENTO, 1989.)

A expansão cafeeira trouxe ao interior da Província de São Paulo o aumento do número de vilarejos localizados nas “bocas do sertão”. Esses vilarejos e pequenas povoações foram se desmembrando de outras cidades, formando novos municípios, dentro do território mais antigo. No ano de 1850, havia 46 municípios na Província de São Paulo, em 1886 eram 121 e em 1920 eram 206 municípios. A cidade de Ribeirão Preto tornou-se, no final do século XIX e início do século XX, uma das regiões mais importantes do Brasil no eixo da produção cafeeira.

Até meados do século XIX, a região de Ribeirão Preto, constituía-se de pequenos vilarejos, que até então serviam de pouso e passagem para outras regiões, como Goiás e Minas Gerais. Pesquisas apontam que, em suas origens, a cidade dependeu, num primeiro momento, de levas de migrantes mineiros que se dedicavam à pecuária e à agricultura (LAGES, 1996).

Para Brioschi (1999), a região de Minas Gerais passou por intensas transformações, desde a crise da produção aurífera. Uma dessas transformações está relacionada ao processo de ruralização da população mineira e sua migração para o Rio de Janeiro e São Paulo. Foram os entrantes mineiros que se dirigiram à região de Ribeirão Preto e passaram a se dedicar cada vez mais à agricultura e à criação de animais.

Segundo Luciana Suarez Lopes (2009):

a freguesia de Ribeirão Preto foi criada em 19 de junho de 1856. Acredita-se que a principal atividade de seus moradores era a lavoura de subsistência e a criação de gado ou pequenos animais. Em meados da década de 1870 começaram as primeiras experiências com o café. A presença da cultura cafeeira modificou a localidade profundamente, a começar por seu número de habitantes. O município, que em 1874 contava com pouco mais de 5.500 pessoas, passou a abrigar quase o dobro em 1886. (LOPES, 2009, p. 7)

A maior procura por terras na região de Ribeirão Preto ocorreu a partir de 1872/1874, quando a ferrovia chegou à Campinas e Limeira, respectivamente. Esta procura provocou um aumento no valor das terras e, segundo Luciana Suarez Lopes, "o valor do alqueire comercializado na década de 1870 subiu em média 45,9% em comparação com os valores da década anterior" (Lopes, 2009, p. 17)

Naquele momento, as ferrovias serviram para acelerar o transporte de cargas, em especial o café. A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou a Ribeirão Preto em 1883, acompanhando o caminho das frentes de expansão da cultura cafeeira e, ao mesmo tempo, servindo de escoamento para a produção. O período que compreende os anos de 1880 a 1890 representa o maior desenvolvimento da rede ferroviária paulista no século XIX. Mas, essa rede ferroviária tinha características muito peculiares, para Zamboni (1993):

observando o mapa da Estrada de Ferro Mogiana, percebemos a

quantidade de ramais e prolongamentos que seguiam a marcha dos cafezais, visando satisfazer não só aos interesses dos fazendeiros locais, como também dos políticos e firmas estrangeiras localizadas no Estado de São Paulo e que financiavam o café. (ZAMBONI, 1993, p. 37)

A partir de meados do século XIX, houve uma grande demanda de café no mercado internacional, momento em que, contraditoriamente, o Vale do Paraíba, antiga e tradicional região produtora de café, as terras encontravam-se exauridas e a produção cafeeira em decadência. Essa situação foi agravada pela suspensão do tráfico de africanos, que constituíam a base de mão de obra da lavoura cafeeira naquela região.

Enquanto, no Brasil, a crise de mão de obra inviabilizava novos investimentos na expansão da lavoura cafeeira, a Europa também passava por profundas transformações. Trata-se, principalmente, do processo de expansão do capitalismo e da penetração de suas estruturas e relações no campo, em especial na Itália.

Como fruto destas transformações, no século XIX, a cidade de Ribeirão Preto passou de arraial para a cidade que se tornaria o maior centro produtor cafeeiro do Brasil. A produção de café e o desenvolvimento econômico da região acentuaram as contradições que já eram marcantes na sociedade brasileira: a exclusão, o preconceito, a pobreza, a falta de participação nas decisões políticas, a concentração de renda. Ao analisarmos os periódicos do período, podemos observar que eles estavam impregnados dessas contradições.

Até meados do século XIX, a maioria das pessoas vivia nas fazendas. Em 1873, a população ribeirão-pretana era de 5.552 habitantes, dos quais 857 eram escravos. Esses números apontam que a média de

escravos em relação à população livre era similar a de outras cidades do interior da Província de São Paulo.

No período posterior, notadamente entre os anos de 1890 e 1902, a Província de São Paulo recebeu um intenso fluxo de imigrantes e, na cidade de Ribeirão Preto, a população sofreu um aumento de 340%, passando de 12.033 habitantes, para 52.910 habitantes, dos quais, mais da metade, ou seja, 27.765 eram italianos.

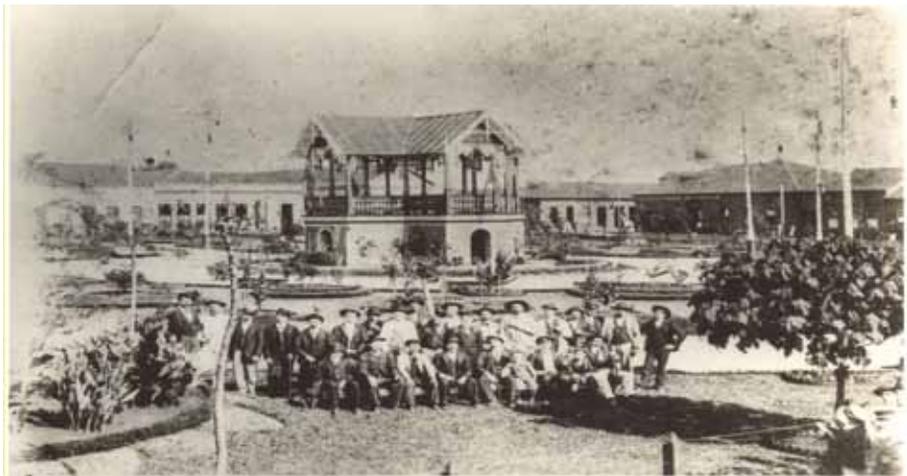
Não devemos tentar compreender as relações sociais que se estabeleceram na cidade de Ribeirão Preto apenas pela produção cafeeira, Silva (2004) afirma que:

em que pese a riqueza gerada diretamente pela produção de café, responsável pela remodelação urbanística, viabilização da indústria e inserção de Ribeirão Preto no cenário mundial, deve-se à vocação para o comércio e serviços, associada ao solo fértil para a agricultura, a atração que o município vem exercendo por investimentos das mais diversas ordens, desde os primórdios de sua ocupação. Sendo assim, o empenho de comerciantes e industriais tem sido determinante no processo de desenvolvimento econômico local, marcado desde o começo para a constituição de uma associação de expressão nacional já nos primeiros anos do século XX. (SILVA, 2004, p. 259)

A partir dessa afirmação, percebe-se que há uma complexidade ainda maior quando tentamos compreender as relações sociais estabelecidas na cidade, a partir de meados do século XIX. Não se trata de negar a importância da cultura cafeeira, mas de avaliar como diferentes setores da economia podem contribuir para a compreensão das relações sociais estabelecidas na cidade de Ribeirão Preto. Assim, não basta o conhecimento sobre como se davam as relações entre fazen-

deiros e colonos. Para traçar um panorama da sociedade ribeirão-pretana, é necessário que estas relações sejam estudadas também pelas formas como se davam os conflitos e acomodações no meio urbano.

Até o início do século XX, a cidade ainda não tinha nenhum tipo de calçamento, somente em 1901 com o calçamento da Praça XV de Novembro é que melhoramentos passaram a ser feitos na cidade. Esse embelezamento das cidades no início do século XX, faz parte de um



Jardim Público entre as ruas Álvares Cabral (à direita) e General Osório (na esquerda), coreto e grupo de pessoas, durante inauguração do jardim. Vista a partir da rua Duque de Caxias. Prédio com a inscrição "Antonio Branco de Freitas" no local onde hoje está o Edifício Meira Junior (Pingüim 2). Data: 1902. Fotógrafo: João Passig. (APHRP F014)

conjunto de ações, por meio das quais se busca deixar as cidades mais limpas e apresentáveis, segundo os modernos valores urbanos, principalmente aqueles influenciados pelo pensamento e pelas reformas de Haussman em Paris. Mas, esse pensamento trazia a contradição de que, para colocar em prática esse pensamento higienista, era necessário assumir que existiam problemas sanitários graves, crianças abandonadas, prostituição e diferenças culturais e econômicas muitas vezes incompatíveis na sociedade local.

Para Silva (2004):

Uma vez que o desenvolvimento se concentrou nos limites do quadrilátero central, pode-se afirmar que a primeira expansão urbana de Ribeirão Preto ocorreu de fato em 1887, com a criação do núcleo colonial Antônio Prado, o qual deu origem a dois entre os mais populosos bairros do município: Ipiranga e Campos Elíseos. (SILVA, 2004, p. 261)

A formação do Núcleo Antônio Prado, estudado por Adriana C. B. Silva serviu para atrair imigrantes que possuíam algum recurso a se instalarem na região, contribuindo para a aquisição de mão-de-obra para as lavouras e para a produção de gêneros de subsistência. Na prática, pedreiros, marceneiros, carpinteiros e outros profissionais se estabeleceram nos lotes e deram origem aos atuais bairros de Campos Elíseos e Ipiranga, região que na época, era denominada Barracão. Essas novas e pequenas chácaras passaram a abastecer o mercado da região com seus produtos, e por sua vez, passaram a consumir mais, contribuindo para o crescimento do comércio e do setor de serviços.

Apesar do contraponto entre o desenvolvimento e a produção de

riquezas, em Ribeirão Preto, a população sofria com a falta de saneamento e com as epidemias que grassavam o Brasil. Em nome da civilidade, cidadãos clamavam nos jornais da cidade, por medidas sanitárias que impedissem o avanço de epidemias, como: febre amarela, varíola, cólera, gripe espanhola, entre outras, ou criticavam o estado em que se encontravam os córregos da cidade. (TUON, 1997). As elites, por sua vez, queriam uma cidade limpa, adequada aos novos tempos. Então, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Inválidos, o Lazareto e até um novo cemitério foram construídos fora do quadrilátero central.

Apesar das epidemias terem provocado a morte de milhares de pessoas, no período, o Dr. Eduardo Lopes, médico responsável pelo Serviço Sanitário da cidade, escreveu um relatório, em 1916, afirmando que além das epidemias, outras causas provocavam muitas mortes, como verminoses, além das doenças como o tracoma, que era uma inflamação nos olhos, muito incômoda e dolorosa aos que a adquiriam (A CIDADE, 31/10/1916, p. 1). Casos de hidrofobia também assustavam a população, também conhecida como raiva animal, a doença não tinha cura e foram várias as reclamações nos jornais sobre o descuido com os animais que viviam abandonados.(A CIDADE, 5/01/1915, p.1)

De todas as epidemias que assolaram a região, sem dúvida a Gripe Espanhola foi a mais avassaladora. A gripe se alastrou de tal forma que nem mesmo a Santa Casa e o Hospital de Isolamento foram suficientes para atender todos os doentes. Com alta taxa de mortalidade, até os jornais locais deixaram de circular por algum tempo, já que seus profissionais também ficaram doentes. Médicos colocaram cartazes avisando que todos seriam atendidos, mesmo os que não pudessem pagar, mas ao que tudo indica, a quantidade de pacientes obrigava o isolamento de doentes, sendo que até mesmo as crianças tinham que ficar longe dos pais, provocando grande revolta na população. (A



Hospital de Isolamento ou Lazareto. Construído no lote nº 24 do Núcleo Colonial Antônio Prado, pelo Governo do Estado de São Paulo para tratamento de leprosos, foi entregue à Câmara Municipal em 05/08/1897. O autor do projeto arquitetônico foi Joaquim Carrão, de Franca-SP, datado de 04/05/1896. Funcionou até 1937-1943. O prédio foi demolido por volta de 1964 e estava localizado na área compreendida hoje pelas ruas Javari, Porto Seguro, Carolina Maria de Jesus e Paraguaçu. Data: 1910. Fotógrafo: Flósculo de Magalhães. (APHRP – F272)

CIDADE, setembro de 1918).

Os jornais do período também apontam que a delegacia de polícia, além de suas funções tradicionais, de investigar crimes e prender suspeitos e culpados, tinha que assumir outras funções que estavam mais relacionadas às questões sociais. A delegacia era o local onde se recolhiam mendigos, indigentes e até mesmo as pessoas com doenças mentais, já que a cidade não contava com espaço específico para esse tipo de internação. (A CIDADE, 21/01/1915, p. 1)

Era na delegacia que se resolviam os casos de “fuga de pombinhos”, como noticiavam os jornais. Naquele tempo, as famílias tinham grande poder para interferir na escolha dos pretendentes de seus filhos. Tanto nas famílias abastadas como nas famílias pobres, muitas vezes a única opção era fugir junto com a pessoa amada. Passados um ou dois dias, os “pombinhos”, como eram chamados pela imprensa local, se apresentavam na delegacia e regularizavam a situação. Para os filhos menores de idade, os pais eram chamados para autorizar o casamento.

Era na delegacia de polícia que se resolviam, em grande parte, os crimes denominados “crimes de defloramento”. Neste tipo de crime, a moça era seduzida e nem sempre as promessas de casamento se consolidavam. Então, o rapaz era preso e tinha que se casar ali mesmo. Na imprensa local, muitos foram os casos relatados, no início do século XX. Supõe-se que estes comentários, na imprensa, causavam grande constrangimento às famílias e pessoas envolvidas. No entanto, observa-se que, quando se tratava de moças pertencentes às famílias das elites, os nomes eram omitidos. Embora fosse condenado, o crime de defloramento era tolerado, na medida em que poderia ser reparado com o casamento. Cabe destacar que o crime de estupro, em que não havia o consentimento da moça era implacavelmente condenado pela sociedade.

Em agosto de 1911, o Jornal A Cidade apresentou uma matéria que nos coloca diante de outro aspecto relacionado às transformações urbanas do início do século XX, o abandono de crianças. A matéria menciona que crianças perambulavam pelas ruas, desprotegidas, e que recorriam à redação do jornal para pedir agasalhos para dormir. O jornal solicita que alguém acolha as crianças e as utilize para ajudar nos serviços domésticos, uma prática comum na época, mas que estava cercada de abusos e maus tratos, o que não representava uma saída para quem se encontrava vivendo nas ruas. (A CIDADE, 27/08/1911).

A cidade de Ribeirão Preto vivia, assim, no início do século XX, todos os conflitos e contradições de uma região que se desejava desenvolvendo, como algumas cidades européias, mas que ao mesmo tempo, tinha que conviver com as mazelas da pobreza gerada pela exploração dos trabalhadores. A região experimentou, no início do século, a organização dos trabalhadores de diversas categorias, como cocheiros, comerciantes, operários e trabalhadores rurais. Era a origem das lutas da classe trabalhadora brasileira por melhores salários, 8 horas diárias de trabalho, liberdade de expressão e melhores condições de vida.

Buscando melhorar as condições de sobrevivência, em 1909, os operários fizeram greve. Em 1911, foi a vez dos cocheiros e dos pedreiros e, a partir de 1912, inúmeras greves atingiram as lavouras de café. Com a Primeira Guerra Mundial, o aumento dos preços dos gêneros alimentícios, aliado à queda na qualidade de vida da população, aumentou consideravelmente o número de greves. Os jornais locais, que sempre se referiam aos imigrantes, em especial aos imigrantes italianos, como a "laboriosa colônia italiana", passaram a repetir o discurso dos fazendeiros, afirmando que os colonos viviam bem e que não tinham motivo para fazer greve.

Assim, sem poder contar com o apoio da Justiça e quase sempre

isolados pela própria língua estrangeira, os jornais passaram a ser a principal voz dos imigrantes na luta contra as injustiças que sofriam. Biondi (1998) cita a matéria publicada no jornal *La Battaglia* sobre a greve pelas oito horas de trabalho em Ribeirão Preto, onde destaca que,

Durante a greve pelas oito horas naquela cidade, também expõe a violência da polícia que fechou a Sociedade Italiana, onde os operários se reuniam, pondo em destaque o fato de que os operários que sofreram essas medidas, inutilmente procuraram um advogado, ao contrário do que teria acontecido a um cidadão brasileiro na Europa, onde pelo menos poderia ter encaminhado um recurso legal (*La Battaglia*, n. 220, 27-06-1906).

Em situações extremas, os colonos não tinham outra alternativa senão a greve. Assim, sem apoio local na justiça e na imprensa, os imigrantes tiveram que publicar seus próprios jornais. Observa-se que no final do século XIX e início do século XX, muitos periódicos italianos foram publicados. Estes periódicos, de tendência anarquista e socialista, denunciavam os maus tratos, a falta de pagamento e as condições a que os colonos estavam submetidos nas fazendas. Em Ribeirão Preto, esses jornais italianos, como em outros lugares, tiveram pouca duração. Em razão disso, acabavam sendo publicados alguns exemplares e logo em seguida eram fechados. Pesquisas apontam que circularam os seguintes jornais de língua italiana em Ribeirão Preto: “*L’Unione Italiana*” (1896-1897), “*Gazetta della Domenica*” (1896), “*La Tribuna*” (por volta de 1897), “*La Canaglia*” (1900), “*Il Diritto*” (1904), “*Il Corriere Italiano*” (1904-1905) pouco depois substituído pelo “*L’Eco Italiano*” (1906), “*Il Messaggero*” (1906), “*Lo Scudiscio*”, “*La Voce degli*

Italiani" (1914). (TRENTO, 1989; TUON, 1997)

Além dos jornais publicados em Ribeirão Preto, outros eram lidos pelos italianos como o "Avanti", o "La Battaglia" (1904) que se transformou em "La Barricada" (1912) e o jornal Fanfulla, publicado em São Paulo pelo Consulado Italiano.

No final do século XX e início do século XXI, há um predomínio da influência anarquista na organização dos trabalhadores. Segundo Rosa (1997):

Os primeiros movimentos grevistas e a formação da primeira



associação sindical de Ribeirão Preto só aconteceram depois da realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que se deu na terceira semana de abril de 1906, com a participação de socialistas, líderes trabalhistas e anarquistas. (ROSA, 1993, p. 34)

Depois do Congresso Operário Brasileiro, a luta pela jornada de trabalho de 8 horas semanais agravou o conflito entre patrões e empregados. Esse fato gerou muitas outras greves, acompanhadas de prisões de lideranças e participantes, fazendo-se necessária a interferência do Cônsul Italiano.

Ao longo do século XX, sindicatos, associações e a União Geral dos Trabalhadores continuaram lutando pelos interesses da classe trabalhadora. Cada um a seu modo, com a contribuição dos imigrantes e seus descendentes.

Trabalhadores e familiares na comemoração da inauguração do prédio da UGT - União Geral dos Trabalhadores, na rua José Bonifácio, nº 59. O prédio foi tombado pelo decreto municipal nº 48/2004 e abriga atualmente o Memorial da Classe Operária.

Data: 04 de janeiro de 1934.

Fotógrafo: Não identificado.

(APHRP – F459)



Oficina na Vila Tibério do Antigo Banco Construtor, empresa de propriedade de Diederichsen & Hibbeln. Vista do escritório e operários junto às máquinas. Muitos dos empresados da empresa eram de origem italiana. Data: abril de 1928. Fotógrafo: Aristides Motta & Maggiori (APHRP - F127)





CAPÍTULO III

AS MARCAS DA VIVÊNCIA

A cultura é a dimensão mais importante da vida dos seres humanos. É através da cultura que as pessoas se identificam ao grupo que pertencem e fortalecem suas identidades.

Segundo Borges (1994) vieram para a região de Ribeirão Preto, imigrantes italianos de todas as classes sociais, e que marcaram profundamente a cultura local. Para a pesquisadora, o grande número de jornais italianos que circulava na cidade atesta o fato de que eram alfabetizados. A autora também aponta fatores como a desorganização e a falta de planejamento urbano, nas origens da cidade, e o contraste da riqueza. Ela afirma que,

A propriedade rural simbolizava poder, riqueza e projeção social. Muitas vezes a infra-estrutura rural alcançada nesses locais superava as formas de vida dos homens citadinos. Sabe-se que a luz elétrica chegou primeiro às fazendas de Henrique Dumont, do Coronel Francisco Schmidt, dos irmãos Pereira Barreto e de Dona Iria Alves Ferreira para, em seguida, se instalar na cidade de Ribeirão Preto em 1889. (BORGES, 1994, p. 15)

Embora a infraestrutura da cidade de Ribeirão Preto, no início do século XX ainda denotasse aspectos ruins das condições urbanas, a tendência a se imitar costumes europeus se consolidava. Em especial, as pessoas de maior poder aquisitivo faziam tudo o que podiam para mostrar que eram civilizadas, principalmente no comportamento, na moda e no consumo de modo geral.

Durante o dia, mesmo as pessoas mais abastadas da sociedade usavam roupas mais discretas. No entanto, à noite, em jantares, cinemas, teatros e passeios, as pessoas usavam e abusavam de seus trajes feitos com tecidos importados e segundo a última moda europeia.

Gilda de Mello e Souza (1993) afirma que “as mudanças da moda dependem da cultura e dos ideais de uma época. Sob a rígida organização das sociedades, fluem os anseios psíquicos subterrâneos de que a moda pressente a direção”. (SOUZA, 1993, p. 25). A última moda europeia demorava pouco mais de um mês para chegar a Ribeirão Preto. No Jornal A Cidade, vários artigos criticaram a moda europeia seguida pelos ribeirãopretanos. Em uma dessas matérias, encontramos a seguinte crítica:

temos que ser copistas eternos das modas europeias muito embora sejam contrárias as estações e tenhamos de usar, eternamente vestidos de lã no verão e vestidos de cassa no inverno, porque é Paris que dá a moda e o chique, duas entidades que vencem a mulher e dela fazem sua escrava muito embora contra isso se revoltem os maridos que não conseguem o que consegue um vestido e um chapéu que esteja na vitrine do Bom Marché ou da Casa Allemã. (A CIDADE, 15/11/1910, p. 2)

Apesar das críticas à inadequação da moda ao clima, as roupas eram símbolo de status numa sociedade marcada pela desigualdade econômica.

ca. Ao contrário das elites, que vestiam a última moda de Paris, a maioria dos colonos e pessoas pobres da cidade vestia-se com roupas simples, de algodão, costuradas à mão pelas mulheres da própria família.

As roupas masculinas, usadas pelos membros das elites, também eram quentes e inadequadas, mas ao longo do tempo, sofreram um processo de simplificação e utilitarismo, quase transformando-se em um uniforme masculino: calça, camisa, gravata, colete, paletó e sobrecasaca. Às mulheres coube a parte mais complicada: acompanhar a moda que mudava a cada estação, inclusive com o uso de acessórios, como chapéus enormes, parte daí que no ano de 1912, eram amplamente criticados, pois atrapalhavam a visão dos que freqüentavam os cinemas e teatros e se sentavam atrás das mulheres que os usavam. Luxo mesmo, homens e mulheres exibiam, quando se apresentavam as grandes companhias de ópera nos teatros da cidade.

A cultura não pode ser compreendida como expressão de uma única classe social, por isso, é importante que se reconheça a contribuição de diferentes grupos culturais que se instalaram na cidade de Ribeirão Preto a partir do século XIX.

A imigração não trouxe apenas mão-de-obra para a lavoura. Onde se fixaram, os imigrantes passaram a interferir na cultura local, principalmente através das profissões e das expressões artísticas. Freitas (1994) aponta em sua pesquisa "Os signos da modernidade nos cafezais" a influência marcante da cultura italiana nas fazendas de café. A expansão cafeeira provocou um aumento de construções nas fazendas e cidades. A pesquisadora aponta o fato de que, em Ribeirão Preto:

Em 1887, encontramos quatro pedreiros de sobrenome italiano.

Em 1890, essa atividade torna-se mais complexa uma vez que, de quatro pedreiros, já se encontravam dez empreiteiros, e entre esses, seis de nomes italianos. Os quatro antigos pedreiros se transformaram em empreiteiros, o que já definia a técnica construtiva usada e a influência italiana. (FREITAS, 1994, p. 64)

Pedreiros, marceneiros e carpinteiros italianos trabalharam e deixaram suas marcas na cidade. Quando se dirigiam às cidades, sua intervenção se fazia notar também nas artes como: a pintura, a escultura e a música. Mas também na linguagem, nos sabores dos alimentos e na fé religiosa. Frequentemente, as elites contratavam pintores italianos para decorarem casas e capelas. Além destes, requisitavam ainda os marmoristas, escultores das obras de arte que ainda hoje se encontram no Cemitério da Saudade em Ribeirão Preto. Borges que pesquisou a importância dos artistas da cidade destacou, em seu trabalho, vários deles como: os pintores Victorio Gregolini (1897-1936), Vittorio Protti (1914), João Pecatiello (1895-1928), o pintor sacro Antonio Bagolim (1905-1972), o pintor e professor José Biagini (1908).

Em terras novas, num mundo em transição, os imigrantes e seus descendentes foram deixando suas marcas na sociedade ribeirão-pretana. Um dos espaços privilegiados de sociabilidade da cidade passou a ser a Praça XV de Novembro. Nela, ou em seu entorno, aconteciam todos os eventos importantes da cidade, fossem eventos políticos ou culturais.

Na Praça XV de Novembro havia um coreto onde bandas de música contatadas se apresentavam. Dentre essas bandas, destacaram-se: a "Banda Bersaglieri" (1884), a banda organizada por Pedro Xavier de Paula (1887), a "São Sebastião" (1887), o "Trio Musical" (1889), a

"Filhos de Euterpe" (1901), a "Progressista", a "Giácomo Puccini" e a "Ítalo-brasileira". A apresentação das bandas acontecia quase diariamente, no coreto da Praça XV, geralmente por volta das dezoito ou dezenove horas. O Jornal A Cidade trazia diariamente a programação musical que era executada, através da análise da composição das bandas, observa-se que seus músicos eram predominantemente italianos e que, no repertório, havia muitos compositores italianos como Verdi, Mascagni e Puccini. As bandas também tocavam em ocasiões especiais, como o dia 1º de Maio e o dia 20 de setembro, data em que os italianos comemoravam a anexação de Roma à Itália.

Na praça XV de Novembro também se localizava a Igreja Matriz da cidade. A religiosidade brasileira é marcada por manifestações de fé e devoção, dentre elas, as missas, festas religiosas e procissões eram utilizadas como espaço de inserção social do imigrante, já que migraram pessoas predominantemente católicas para a região.

Na transformação urbana do início do século XX, as ruas foram sendo calçadas, surgiram lojas, livrarias, bondes, cafés, confeitarias, restaurantes e teatros.

Os cafés e as confeitarias eram locais em que as pessoas se encontravam para conversar, ler e saborear as delícias trazidas de outras regiões e até de outros países. Não era de bom tom que mulheres saíssem sozinhas ou desacompanhadas, mas as confeitarias passaram a ser um espaço público importante para as mulheres, porque ali poderiam almoçar, tomar chá, jantar e conversar sobre os assuntos preferidos. Muitos desses cafés e confeitarias pertenciam a imigrantes italianos, ou tinham imigrantes trabalhando no atendimento e na cozinha. A partir de 1910, a cidade contava com boas confeitarias, entre elas destacamos: "Aurora" (1910), "Samaritana" (1911), "Floresta" (1912), "Smart" (1913), "Braga" (1914), "Central", "Brandão" (1915),

Filhos de Euterpe, Corporação Musical. Maestro José Gomes Delphino.
Data: 1899. Fotógrafo: Mattos. (APHRP - F153)





Corporação Musical regida pelo Maestro Pedro Xavier de Paula, conhecido como Pedro Tudo (sentado, de barba). Data: 1890. Fotógrafo: Não Identificado. (APHRP – F283)

Igreja Matriz e largo entre as ruas General Osório (na esquerda) e Alvares Cabral (no fundo). Presença de grande número de pessoas em dia de festa religiosa, em louvor a São Benedito. Vista a partir da rua Visconde de Inhaúma. Data: 1904. Fotógrafo: João Passig. (APHRP F013)



"Victoria" (1915), "Bohemia" (1915), "Castellões" (1916), "Quinze" (1916) e "Paulicéia" (1919).

Os passeios ao ar livre e os piqueniques, ganharam espaço entre as diferentes camadas da sociedade. Assim, passar algumas horas respirando ar fresco no Bosque Municipal, passeando e saboreando guloseimas preparadas pelas mulheres, passou a ser muito apreciado por todos que passeavam em família, ou mesmo com os amigos. Os piqueniques demonstram certo relaxamento nos costumes e proibições, mas ainda havia restrições, as quais para as mulheres, era proibido passearem sozinhas, só poderiam fazê-lo, acompanhadas pelos homens que fossem da família.

Os passeios ao ar livre também estavam relacionados à nova moda da prática de esportes, que passaram a ser considerados importantes para a saúde. Os homens praticavam corrida, natação, canoagem, basquete, equitação e futebol. As mulheres estavam limitadas às caminhadas, ao tênis, ao basquete e a um pouco de equitação. Esportes como equitação e canoagem tinham um caráter mais elitista, enquanto o futebol se popularizava. Em Ribeirão Preto, surgiram alguns times como o "Comercial Futebol Clube", o "Botafogo Futebol Clube", o "Palestra", a "União Paulista" e o "Operário Futebol Clube". (TUON, 1997).

Os imigrantes trouxeram da Itália um jogo muito apreciado por eles, o jogo de "boccia". Tal jogo consiste em jogar bolas para ficarem o mais próximo possível do bolim, a pequena bola lançada anteriormente e afastar as bolas dos adversários. Embora haja um padrão de medida de 24 metros para a cancha-padrão onde se joga boccia, é possível jogar ou brincar na rua. Isso aconteceu no passado, quando, muitas vezes as pessoas ficavam jogando na rua e atrapalhando os transeuntes que regularmente reclamavam considerando esse jogo de

mal gosto e fora dos novos padrões de civilidade. Para os imigrantes pobres, que não podiam adquirir equipamentos para a prática de outros esportes, era apenas uma forma de se divertir e preservar os costumes da terra natal.

No final do século XIX e início do século XX muitas sociedades foram organizadas pela população local e pelos imigrantes. Em 1903, foi fundada a Sociedade Legião Brasileira, que aglutinava a elite intelectual local, dedicando-se a promover saraus, debates, conferências em que arrecadava recursos para as obras de caridade da cidade.

Desde o século XIX, os riques de patinação, e principalmente, os circos, faziam parte do lazer na cidade de Ribeirão Preto, mas nada se compara à chegada do cinema, que era apreciado por todas as camadas da sociedade. No início, ele era apresentado em feiras, eventos, bares e cafés. O Rio de Janeiro, capital da República só teve a primeira sala fixa de cinema em 1905. Em Ribeirão Preto, a partir de 1908, alguns estabelecimentos já possuíam salas de exibição freqüente. De modo geral, esses estabelecimentos não eram cinemas, mas teatros que também exibiam cinema, como o Paris Theatre e o Teatro Carlos Gomes.

Nos teatros, apresentava-se todo tipo de espetáculo, de óperas a mágica e luta romana. O principal teatro da cidade era o "Carlos Gomes", que foi inaugurado em 1897 e dedicava-se, até 1908, à apresentação de espetáculos artísticos mais requintados. Depois desse período, passou a funcionar como cinema, diversificando sua programação.

Depois de um período de decadência, o Teatro Carlos Gomes passou a ser administrado por François Cassoulet. Ele teve importante atuação em Ribeirão Preto, seu primeiro investimento foi o "Eldorado" (1887), depois de vendê-lo, criou o "Paris Theatre" e o "Bijou Thea-

Teatro Carlos Gomes, vista lateral do teatro entre as Ruas Duque de Caxias e Barão do Amazonas. Data: 1935. Fotógrafo: J. Gullaci. (APHRP – F307)



Pavilhão Italiano

PRODUCTO 1:900\$000

Lembrança da Kermesse em benefício
da *Sociedade Legião Brasileira e*
Asylo de Invalidos
realizada nos dias 10, 11 e 12 de Outubro de 1913.
em RIBEIRÃO PRETO



Pavilhão Italiano montado durante quermesse na Praça XV de Novembro nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 1913. Data: 1913. Fotógrafo: Não identificado. (APHRP – F288)

tre”, ambos em 1909, o “Rio Branco” (1912), o “Polytheama” (1915) e administrou o “Teatro Carlos Gomes” até sua falência em 1917. Bem relacionado com as elites locais, ele manteve casas de espetáculos para todas as camadas da sociedade durante muito tempo. Ele era o dono do “Cassino Antártica”, inaugurado em 1914, que passou a ter a mesma programação que o antigo “Eldorado”. No Cassino Antártica, mulheres, principalmente artistas estrangeiras, cantavam, dançavam, interpretavam e participavam de bailes e festas promovidos pela Empresa Cassoulet. O local era considerado de má fama, uma casa de prostituição e não recomendado às pessoas de família. (TUON, 1997).

O Polytheama, como os outros teatros, oferecia em sua programação, cinema e espetáculos diversos. Ele era muito freqüentado por italianos e, por isso em 1915 com o agravamento da guerra, a comunidade italiana se organizou para arrecadar dinheiro para a Cruz Vermelha Italiana. Foram organizados alguns espetáculos, que aconteceram no Polytheama, sendo que François Cassoulet cedeu o teatro e artistas que trabalhavam no Cassino Antártica.

François Cassoulet investia muito em espetáculo que agradassem tanto as elites locais quanto os imigrantes. Para isso trazia grandes companhias de ópera e operetas. Dentre as que se apresentaram em Ribeirão Preto podemos destacar a “Companhia Clara della Guardia” e a “Companhia Carrara”. Assim, a cada grande apresentação a comunidade italiana organizava a recepção aos artistas e até eram oferecidos presentes a eles.

Apesar da importância de François Cassoulet, e de ele ter dedicado sua vida em Ribeirão Preto ao entretenimento das diversas camadas da sociedade, a Empresa Cassoulet foi à falência em 1918 e ele caiu no esquecimento de todos. Ele veio a falecer no ano seguinte e foi enterrado como indigente no Cemitério da Saudade em Ribeirão

Preto. (TUON, 1997)

Além dos teatros e cinemas, as sociedades recreativas, culturais de socorros mútuos foram um importante instrumento de socialização, inserção e integração à comunidade local, para Borges (1983), elas promoviam o acesso ao lazer, ao divertimento, às comemorações cívicas, à cultura, além de promoverem festas, saraus, bailes, encontros e palestras sobre os mais variados temas.

Furlanetto (2007) complementa as observações de Borges (1983), afirmando que:

A fundação das Sociedades Italianas em cidades como Ribeirão Preto pode ser entendida com vistas não apenas ao contexto mais amplo de afirmação das relações capitalistas, mas também como estratégia que persegue, através de meios e condições específicas, a representatividade perante a sociedade receptora; ou seja, trata-se da maneira pela qual os imigrantes se organizam e assimilam a nova pátria, com especial atenção às especificidades da região onde se fixavam. (FURLANETTO, 2007, p. 61-62)

As Sociedades de Socorros Mútuos eram muito comuns no período e através delas, os imigrantes organizados em redes de solidariedade, podiam contribuir com as famílias em dificuldades, promovendo festas, saraus e eventos para arrecadar fundos. Em Ribeirão Preto foram fundadas algumas sociedades nestes moldes, dentre as quais destacamos a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos (1904), a Società Operária di Mutuo Soccorso Unione Italiana (1895) e a Società Dante Alighieri (1910).

A Società Operária di Mutuo Soccorso Unione Italiana, fundada em 1895, surgiu da união de duas outras sociedades, a Società Umberto I e Società Principe Amadeo. Ao analisar a primeira diretoria da Società Unione Italiana, Furlanetto (2007) observou que alguns de seus membros eram comerciantes bem sucedidos e representavam certa “elite” entre os imigrantes. No processo de perseguição e luta pela nacionalização, nos anos 40 a sociedade passou a se denominar Sociedade de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto, permanecendo com essa denominação até 2004, quando voltou à denominação original.

A Sociedade atuou no sentido de proteger e auxiliar os imigrantes carentes, acidentados, inválidos ou pessoas perseguidas por sua atuação política. Promovia festas e a comemoração do 1º de Maio na cidade, além de promover a luta pelas oito horas diárias de trabalho, através da Liga Operária. Atualmente, esta sociedade ainda atua nos moldes de associação mútua, embora hoje não se dedique apenas aos imigrantes italianos e seus descendentes.

Para Furlanetto (2007), em 1898, foi fundada a Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Fratellanza. Esta sociedade manteve uma escola para alfabetizar os filhos dos sócios, em língua italiana, promoveu ações de ajuda mútua, buscando o reconhecimento da sociedade local.

Além destas duas importantes e atuantes sociedades, podemos destacar a Società Unione Meridionale, fundada em 1900, que se uniu à Società Italiana di Mútuco Soccorso Unione e Fratellanza em 1903, fazendo surgir, desta forma, a Società di Mutuo Soccorso e Beneficenza Pátria e Lavoro, que em 1910 constituiu o Comitato della Società Dante Alighieri de Ribeirão Preto. (FURLANETTO, 2007)

Desde suas origens a Sociedade Dante Alighieri teve como princípios a congregação da colônia italiana e o desenvolvimento de rela-

Verbale n. 1

Elezioni alle diverse cariche consiliari.

L'anno millenovecentadisei il giorno 8 Giugno alle ore 8 pom., nella sede sociale si sono riuniti i consiglieri eletti nelle elezioni Generali, per procedere alle elezioni alle diverse cariche consiliari. Presiede il consigliere sig. Giovanni Berchizza, funzionario segretario il sig. Luigi De Meis. Si procede alla lettura del Verbale antecedente, il quale messo in discussione viene approvato. Vengono letti i verbali delle ultime elezioni generali a quali vengono approvate le nuove contestazioni di voto. Passandosi all'ordine del giorno, viene deciso per la seduta per 15 minuti per la consultazione delle schede, la quale si porta a voto di essere nominati due scrutatori nelle persone dei signori Giuseppe Prof. Biondi e Francesco Giuseppe e l'altro ha chiamato per questo nominato, si procede alle elezioni risultando eletti:

Presidenti: Gerolamo D'Agostino con voti 12.

Vice " : Carlo Barberi con voti 9.

Segretario: Carlo Torre con voti 9.

Vice " : Giovanni Macis con voti 10.

Versiere : Giovanni Berchizza con voti 10.

Qualche ora dopo questi furono festeggiatissimi ed arriva in questo mentre il Sig. G. D'Agostino che arriva ha precedenza, nella tanto d'arrivata funzione della Botina e Lavoro, col Comitato della Donde Affluenti. Lancia la parola in proposito nessuno ne fa caso, generalmente però ha notizia e accetta con soddisfazione immensa. Il sig. G. Palmato crede necessario nominare una commissione per esaminare ogni e qualunque pendenza della Botina e Lavoro, eletta, ha preparato e accetta e la commissione risulta composta, oltre che dal presidente e dai signori Barberi e Caffè. Si procede in seguito alla nomina della Commissione Secretaria e si fanno i nomi: da Sig. G. D'Agostino C. Torre e form. G. Biondi. Torre prepara un voto di plauso al Reg. il Vice Consiliare, per l'opera sua indifferente e gratuita, per funzione di cui sepas la prepara e accetta unanime, ed il festeggiato commosso ringrazia. Si riprende del sig. De Meis

si delibera gratificare il Segr. con 500.000 mensili, e si delibera altresì di
apartigliare col 15%, sulle rincaricazioni delle mensilità all' erettore. Uno o tanto
che il Consiglio credesse opportuno di apportare modificazioni ad un tale
deliberato. Il Presidente elvide che il Consiglio nominò una Commissione
affinchè si occupi di tenere non una casa decente come sono state le della
Comitat, il Consiglio concede al Presidente stesso ampia potestà per trattare
in tal caso l'assegnar de' 11.000 scudi al Sig. Paolo Cossu e Macchi. Dr. G.
Cossu non aver essere comparsi per motivi indipendenti dalle loro volontà.
La seduta è tolta alle 9 ore scarse.

Ribeirão Preto, 8° Giugno 1910

Il Presidente
G. Cossu

Il Segretario provvisorio
G. Cossu

Documento sobre a constituição do Comitato della Società
Nazionale Dante Alighieri. Acervo da Sociedade Dante
Alighieri de Ribeirão Preto.

ções com as demais colônias italianas, através de atividades culturais, desportivas, recreativas e beneficentes. Abrigou o Circolo Italiano de Ribeirão Preto, que depois se transformou num setor da Dante Alighieri, destinado a cuidar da valorização da cultura italiana. Para Furlanetto (2007) a Sociedade Dante Alighieri viria a ser o espaço de



Sociedade Dante Alighieri, fachada. Fotógrafo: Photographia Maggiori. Data: 1923. (APHRP – O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Commemoração do 1º. Centenário da Independência Nacional – 1822 1922. Ribeirão Preto: Estabelecimento Graphico Casa Selles, 1923. p. 31).

articulação da elite italiana na cidade, que se encarregaria da constante reelaboração da memória italiana na cidade. Sabe-se que a Sociedade também manteve uma escola para os italianos, denominada Escola Alessandro Manzani. Não se sabe em que ano esta escola foi fundada e por quanto tempo, mas no acervo da Dante Alighieri encontram-se fotos datadas de 1909 e 1915 com alunos na escola. (Mario Perrota, 2010, depoimento)

É necessário que se compreenda as ações desenvolvidas pelas sociedades em um processo mais amplo de aceitação e acomodação social. O sentimento de "italianidade" não veio com os imigrantes, pois a Unificação Italiana era um processo recente e ainda demoraria muitos anos para que se consolidasse na identidade das pessoas. Sendo assim a construção da identidade italiana se deu no exterior, quando os imigrantes precisaram se reafirmar diante de outra cultura hegemônica. (TRENTO, 1989)

Durante a Segunda Guerra Mundial, os italianos, assim como, os alemães e os japoneses foram muito perseguidos no Brasil. Em Ribeirão Preto, a Sociedade Dante Alighieri foi invadida e ocupada, até os anos 50. Naquela época, a sede estava localizada à Rua General Osório. Passada a guerra e a ocupação, os sócios se reorganizaram e construíram a nova entrada situada à Rua São Sebastião, onde se localiza a sede até hoje. No início, apenas italianos eram admitidos na sociedade. Entretanto, hoje, fazem parte dela italianos e seus descendentes, totalizando aproximadamente 400 pessoas. A Sociedade Dante Alighieri mantém uma Escola de Italiano e continua a desenvolver ações que divulguem a cultura italiana. Além disso, participa ativamente de campanhas de ajuda ao Hospital do Câncer, a creches e a entidades que necessitem de ajuda financeira.

As Sociedades de Socorros Mútuos não devem ser confundidas com

as associações que deram origem aos primeiros sindicatos e partidos políticos que representaram os interesses dos imigrantes, embora, muitas vezes, abrigassem militantes e organizações que lutavam pelos direitos dos trabalhadores. Através das Sociedades, os imigrantes tentavam legitimar sua existência nas regiões para onde tinham migrado, uma vez que a criação e a participação em sociedades de ajuda mútua garantiram a inserção social do imigrante e, ao mesmo tempo, serviram de base para a construção da legitimidade, e do sentimento de pertencimento à cultura de origem.



Escola Alessandro Manzoni que atendia os filhos de imigrantes na Societá Nazionale Dante Aleghieri de Ribeirão Preto. 1915. Acervo da Sociedade Dante Alighieri de Ribeirão Preto.



ESCOLA ITALIANA ALESSANDRO MANZONI, RIBEIRÃO PRETO 1915.

Escola Alessandro Manzoni que atendia os filhos de imigrantes na Società Nazionale Dante Aleghieri de Ribeirão Preto. 1915. Acervo da Sociedade Dante Alighieri de Ribeirão Preto.

Família Girotto junto a casa construída por Guerino Girotto no Núcleo Colonial Antônio Prado, no final do século XIX. (APHRP – F019COPIA – Doação: Adriana Capretz)



CAPÍTULO IV

O QUE O TEMPO NÃO APAGA DA MEMÓRIA

A memória é vivência das lembranças que são marcas íntimas das pessoas que representam experiências individuais e sociais. Por isso, recordar o passado faz cruzar intimidade, sociedade e História. Para Gonçalves Filho (1992):

A memória não é nostalgia, mas amor pelo passado. O sentimento do presente, com suas farpas e delicadezas, não deve faltar naquele que lembra: a recordação torna-se então um meio de interrogar o atual, medindo-o pela visão de outro tempo. (GONÇALVES FILHO, 1992, p. 62)

Quando recordamos o passado, nossas lembranças trazem a possibilidade de novas leituras do presente que vivemos. O trabalho com a memória pode despertar pontos de vista diferentes daqueles que constituem a visão oficial do mundo, criando assim a possibilidade de dar voz a todas as pessoas, fazendo com que se transformem assim, em sujeitos históricos, agentes da própria vida.

Os seres humanos necessitam de qualidade de vida, necessitam viver intensamente as experiências sociais, mas isso só

é possível quando se participa ativamente da vida social. A memória possibilita o encontro, não de pessoas pela metade, mas pessoas inteiras, integradas ao mundo e à sociedade em que vivem.

Para que as pessoas se sintam participantes do mundo em que vivem, é necessário que haja enraizamento. O enraizamento é a forma como os sujeitos elaboram suas identidades a partir dos grupos culturais em que se encontram, mas também surgem da relação do sujeito com o mundo que o cerca. O campo da memória é propício ao enraizamento, à construção do sujeito histórico, com suas lutas e dificuldades.

Ao recordarmos aspectos da vida dos imigrantes, nos primeiros tempos em que viveram na Região de Ribeirão Preto, tentamos abordar aspectos das transformações econômicas, sociais e culturais pelas quais passava o Brasil e a Itália naquele momento.

Observamos que os imigrantes apesar de todas as dificuldades iniciais, tentaram se aproximar da sociedade local, principalmente através das ações de suas Sociedades de Socorros Mútuos e Sociedades Recreativas.

Reconhecemos que havia um padrão de conduta social, principalmente entre os membros da elite, marcado pela influência francesa e inglesa nos costumes e no consumo. No entanto, observamos que a cultura é muito mais do que os livros que lemos, ou a língua que falamos. A cultura constitui-se de códigos, comportamentos, concepções de mundo e formas de fazer as coisas que ultrapassam os valores de uma só classe social. Assim, apesar dos valores culturais hegemônicos das elites locais, os imigrantes de todas as camadas sociais conseguiram expressar seus valores nas ações cotidianas, deixando suas marcas na sociedade local.

Essas marcas podem ser observadas nas construções de alvenaria, técnica dominada pelos italianos, nas pinturas das residências e Igrejas da região, nas esculturas, na fala, no sotaque de algumas regiões do Brasil, no gosto dos alimentos e dos temperos e nos bairros operários.

Ao longo do século XX, os italianos e seus descendentes foram se mesclando à sociedade brasileira construindo novas formas de ser brasileiro. As culturas são assim, são sistemas abertos que ora influenciam os outros grupos, ora buscam, nos outros grupos novas influências.

A memória e a História caminham juntas, embora tenham funções diferentes na sociedade em que vivemos. De modo geral, podemos afirmar que a memória dá coragem e que todos somos resultado de tudo de bom e de ruim que nós e nossos antepassados viveram. Por isso, recordar é buscar forças para lutar pelos novos tempos que vivemos.

A História como ciência que tenta compreender a trajetória dos homens em sociedade ao longo do tempo, pode contribuir para trazer à tona a memória de grupos e pessoas que talvez nunca tenham tido voz no passado distante e no presente que ainda estamos construindo.

Este livro buscou, na História, aquilo que está vivo nos italianos, seus descendentes e na nossa sociedade, ele constitui uma forma de agradecimento a tudo o que a cultura italiana representou e representa aos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika M. F. Brava gente! Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O Brasil italiano (1880-1920). In FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo: Edusp, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila dos Reis. Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: HUMANITAS, FFLCH/USP, 1999.

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O Grupo do Jornal Anarquista "La Battaglia e sua visão da sociedade brasileira. O embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. In: Cadernos do AEL. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth, n. 8/9, 1998, p. 117-147.

BORGES, Maria Elízia. A pintura na capital do café: sua história e evolução no período da Primeira República. São Paulo: Escola de Sociologia e Política, 1983. Mestrado em Artes Plásticas, Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1983.

_____. Arte tumular: a produção dos marmoristas em Ribeirão Preto no período da Primeira República. São Paulo. Escola de Comunicação e Artes, 1991. Doutorado em Artes Plásticas: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 1991.

_____. O café e a arte: o imigrante italiano em Ribeirão Preto (1889-1930). In: História. São Paulo, v. 13, p. 13-28, 1994.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CENNI, Franco. Italianos no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

COLOGNESE, Silvio Antonio. Associações étnicas de italianos. Identidade e globalização. São Paulo: Itália Nova, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. Indústria, trabalho e cotidiano. São Paulo: Atual, 1991.

FREITAS, Daici Ceribeli Antunes de. Os signos da modernidade nos cafezais. São Paulo. Tese de Doutorado em Artes Plásticas apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 1994.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2007.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). Franca. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1994. Franca, UNESP, 1994.

GONÇALVES FILHO, João Moura. Memória e sociedade. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Arquivo Municipal, v. 200, p. 15-64, 1992.

HALL, Michael M. Italianos em São Paulo (1880-1920). In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 29, p. 201-216, 1979.

HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do tabalho no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo: de 1902 a 1914. O processo imigratório. São Paulo: IEB, 1986.

LAGES, José Antonio Correa. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro. O povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LOPES, Luciana Suarez. Um estudo sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto com base nos inventários post-mortem (1866-1888). Revista do Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, jan/jun 2009.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

NEVES, Lúcia M. B. P.; MACHADO, Humberto F. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nov Fronteira, 1999.

REGISTRO, Tania Cristina. O arranjo de fotografias em unidades de informação: fundamentos teóricos e aplicações práticas a partir do Fundo José Pedro Miranda do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de Júlio de Mesquita Filho. Marília, UNESP, 2005.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Franca, UNESP, 1997.

SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Paulista e a política de mão-de-obra. São Paulo: HUCITEC, INL, 1986.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: UNB, 1990.

SILVA, Adriana Capretz Borges. Cem anos de desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. In: MARCONDES, Renato (Org.). Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: um espelho de 100 anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.

SOUZA, Gilda de Mello e. O espírito das roupas: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, Instituto di Cultura Italiana de São Paulo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

TUON, Liamar I. O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920). Franca. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social Júlio de Mesquita Filho. Franca, UNESP, 1997.

ZAMBONI, Maria Célia. A mogiana e o café: contribuições para a História da Estrada de Ferro Mogiana. Franca. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social Júlio de Mesquita Filho. Franca, UNESP, 1993.

Coleção Identidades Culturais

ISBN 9 788562 852077
9 788562 852077



Realização



Apoio

